

CAPÍTULO XVIII

A CEIA DO SENHOR

Quero comer aqui o pão de Deus,
Aqui beber contigo o vinho real dos céus;
Quero, aqui estando, abandonar todo amor terreno,
De novo provando o descanso da culpa perdoada.
Horácio Bonar

Sobre a Ceia do Senhor e na maneira de ser ela observada, as comunhões protestante e romana divergem largamente. Em lugar de ser um ato unificador, congregando todos os cristãos em comunhão uns com os outros e com o Senhor de todos, ela tem mais frequentemente provocado odiosas e amargas discussões, como aconteceu por duas vezes durante a Idade Média e ao tempo da Reforma, entre Lutero e Zwinglio em Marburg, 1529, insistindo em suas próprias idéias sobre a Ceia do Senhor e rudemente se furtando a chegar a entendimento fraternal com Zwinglio, foi uma das causas do revés sofrido pelo movimento protestante na Europa Central. Sua impossível teoria da consubstanciação – estar Cristo “em, com e sob” os elementos sacramentais do pão e do vinho – foi rejeitada pelo seu companheiro de Reforma, Melancthon, e dela geralmente hoje abrem mão os luteranos através do mundo, embora nem todos o façam.¹

Os diferentes conceitos acerca da Última Ceia, prevalecentes entre romanistas e protestantes, revelam-se nos termos de que eles se servem ao aludirem à ordenança. A igreja antiga lhe deu o nome de *eucaristia*, palavra que expressa o ato de dar graças e derivada do gesto de Cristo “dando graças”, antes de distribuir o pão e o vinho. Os romanistas se referem à Ceia, tratando-a como o santíssimo sacramento, o sacramento do altar e a missa. Entre os protestantes, são correntes os nomes usados no Novo Testamento: - a Ceia do Senhor e a Comunhão – I Cor. 10:16;11:20, nomes de que também usaram os XXXIX Artigos e a Confissão de Westminster. O livro d Oração Comum trata-a de santa comunhão. Entre os romanistas, a mesa é chamada de altar; entre os protestantes tratam-na como a mesa do Senhor ou mesa da comunhão. Nas igrejas protestantes, a eucaristia é um ato sacramental, de que tomam parte todos os cristãos. Na igreja romana ela é ao mesmo tempo um serviço sacramental e um sacrifício, em que real oferenda é feita a Deus. O pão partido – e Cristo partiu o pão – o

cerimonial romano o substituiu pela obréia ou hóstia – *hóstia* – palavra latina que designa a vítima sacrificial.

§ 1. A instituição da última ceia.- A Ceia que nosso Senhor comeu com seus discípulos, na noite que precedeu sua crucificação, é descrita por Mateus, Marcos, Lucas e por Paulo – I Cor. 10:16, 17; 11:23-29. O discurso de nosso Senhor acerca de si mesmo, como o pão descido do céu, que João apresenta no sexto capítulo de seu Evangelho, é encarado pela maior parte dos estudiosos da Bíblia como tendo ligação profética com a Ceia do Senhor. Outras referências, certas ou prováveis, à ordenança, encontram-se na associação de Cristo com os dois discípulos com quem se encontrou no caminho de Emaús – Luc. 24:30 – quando se fez conhecido deles “no partir do pão”, costume dos primeiros crentes em Jerusalém – Atos 2:46, que continuavam em comum acordo no “partir o pão em casa”; e na reunião em Troas, no primeiro dia da semana, quando Paulo encontrou “os discípulos reunidos para partirem o pão” – Atos 20:7. O Ensino dos Doze traz orações eucarísticas e Justino Mártir, 140, fez uma descrição detalhada daquela observância.

A descrição da Ceia do Senhor, apresentada por Mateus, decorre nos seguintes termos: “Estando eles comendo, Jesus tomou o pão, deu graças e partiu-o e deu a seus discípulos e disse: Tomai, comei, este é meu corpo. E ele tomou o cálix e deu graças e deu-o a eles, dizendo: Bebei dele todos. Porque este é o meu sangue do pacto, que é derramado por muitos para remissão de pecados”. Lucas acrescenta: “Fazei isto em memória de mim” e Paulo ainda acrescenta: “Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálix, anunciais a morte do Senhor até que venha”.

§ 2. A importância da ordenança.- O serviço eucarístico veio a ser, de início, a parte central do culto dos cristãos. Era tido em tal reverência que, para o manter isento de profanação, celebravam-no em secreto, não sendo permitida a presença de ninguém, salvo os membros em plena comunhão com a igreja. Em certos lugares originou-se o hábito de se colocar um copo de vinho consagrado na sepultura dos mortos, hábito condenado pelo Concílio de Cartago, em 397. A nenhum assunto os escolásticos deram mais atenção do que à eucaristia. Por mais que os protestantes discordem do tratamento que os escolásticos deram à matéria em exame, estão prontos a reconhecer o elevado intuito religioso que os animava. Tomaz de Aquino dedicou a seu estudo quatrocentas páginas. Alberto Magno escreveu um tratado especial sobre o

assunto, que, na edição impressa de suas obras, abrange quatrocentas e trinta e cinco páginas. Gradualmente sob o nome de missa, o elemento sacrificial se avolumou e se tornou de maior importância do que a idéia de comunhão. O dogma construído pelos escolásticos e o caprichoso ritual eucarístico que eles também produziram, foram adotados por completo pelo Concílio de Trento. O Concílio pronunciou nada menos de vinte e quatro anátemas contra os protestantes, em razão de suas concepções características. Os Reformadores unanimemente regressaram à simples Ceia descrita nas páginas do novo Testamento, repudiando as definições medievais e muito do cerimonial da Idade Média, considerados por eles como invenções humanas.

Os católicos romanos e os protestantes concordam em que a Ceia do Senhor foi instituída para ser uma ordenança perpétua na igreja; que ela se destina aos cristãos batizados e crentes; que o pão e o vinho são os elementos a serem usados; e que as palavras de Cristo, ao instituir a ordenança, devem ser repetidas na administração da mesma. Os pontos sobre que divergem são os seguintes: 1) A virtude da ordenança; 2) a transubstanciação dos elementos; 3) a negação do cálix aos leigos; 4) a adoração da hóstia e 5) o sacrifício da missa. Essas diferenças serão consideradas minuciosamente.²

§ 3. A virtude da Eucaristia.- Segundo a definição romana, o sacramento da Ceia do Senhor tem a virtude de remover culpa e de conferir graça, quando adequadamente celebrado pelo sacerdote. Quando o sacerdote repete as palavras: “Este é o meu corpo”, o pão consagrado vem a possuir, como inerente a si próprio, a virtude divina – e é a carne do Senhor. Os que participam da carne do Senhor com seus dentes – assim ensinou Tomaz de Aquino – erguem-se como leões. O sacramento – assim o ensina o Concílio de Trento – é antídoto que liberta os participantes das culpas diárias e os preserva de pecados mortais. Confere remissão de pecados veniais e engendra a paz de consciência. Esses benefícios se estendem a todos os que participem do pão, desde que lhes não oponham tropeços. – *obex*. Ademais, segundo o Concílio, a intenção do sacramento se preenche, desde que o sacerdote participa do pão e do vinho. Disse Tomaz de Aquino: “A consumação do sacramento não consiste em seu uso por parte dos fiéis, mas na consagração dos elementos”.

A virtude intrínseca, atribuída pela teoria romana aos elementos eucarísticos, negam-na os protestantes. Os benefícios do sacramento se recebem pela fé e somente pela fé. Os elementos de pão e vinho são símbolos e nada mais. Participando

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

deles, os comungantes, crendo, obedecem ao mandamento de Cristo e participam de sua promessa. Recordam com gratidão a paixão e morte de Cristo, confessam seus pecados e indignidade e oferecem-se de novo em consagração a Cristo. Participando e tendo comunhão com Cristo, eles comungam uns com os outros, como participantes da mesma salvação e herdeiros da mesma herança celestial. Como a Páscoa sob a velha dispensação e como o 7 de setembro, ambos comemorativos de importantes eventos nacionais, a Ceia do Senhor é uma solenidade memorial, comemorando os sofrimentos de Cristo, é uma confissão do poder salvador da cruz – e é alguma coisa mais. A comemoração tem a garantia da viva presença de Cristo. Os protestantes se unem a Tomaz de Aquino, quando diz: “A Ceia do Senhor contém todo o mistério de nossa salvação”, entendendo por estas palavras que a ordenança expressa de modo figurado a propiciação de Cristo sobre a cruz. Para os protestantes, assim como para os romanistas, Cristo cumpre a promessa que fez aos seus discípulos e põe-se em contato com os crentes; mas o Senhor só se revela à fé que os crentes tenham. Sua presença é espiritual. O ato do celebrante não opera transformação dos elementos e não lhe comunica virtude. Como disse Lutero, em sua Liberdade do Cristão, nada se requer para uma digna participação da comunhão senão fé, que repousa na promessa de Cristo.

§ 4. A Transubstanciação.- A exagerada atribuição de virtude inerente aos elementos consagrados do pão e do vinho, encontra fácil, posto que desarrazoada, explicação na teoria da transubstanciação. A teoria é talvez o mais arbitrário e irracional dos ensinamentos transmitidos pela teologia da Idade Média. A transubstanciação foi definida como dogma pelo Quarto Concílio Lateranense, 1215, e, consoante o ensino romano, deve ser crida para a salvação. O dogma vem a ser isto: quando o sacerdote eleva a hóstia e o cálix, repetindo as palavras: - “Este é o meu corpo... este é o meu sangue”, o pão e o vinho deixam de ser pão e vinho e se mudam no verdadeiro corpo e sangue de Cristo. A substância original dos dois elementos não mais os integra, embora os acidentes ou qualidades do pão e do vinho permaneçam, isto é, o sabor, a cor, o peso, a forma. Quando o comungante ingere a hóstia, ele recebe em sua boca o próprio corpo de Cristo. Segundo o Catecismo Tridentino, o “corpo real” de Cristo, que é “o mesmo corpo que nasceu da Virgem Maria e se assenta à mão direita de Deus”, está tão verdadeiramente sobre todo o altar em que os sacerdotes ministram, como seu corpo natural esteve sobre a cruz do calvário. A definição formulada pelo Concílio de Trento diz que “Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, está

verdadeira e realmente na substância contida sob as espécies daquelas coisas tangíveis, pão e vinho... de modo que no santíssimo sacramento da eucaristia, Cristo se contém, se oferece e se consome – *continetur, offertur et sumitur*”. Em outro lugar, o Concílio mais precisamente o definiu deste modo: “Pela consagração do pão e do vinho, faz-se a conversão de toda a substância de seu sangue; tal conversão é com propriedade chamada transubstanciação...” O Concílio pronunciou anátemas contra todos os que negarem que o corpo completo de Cristo esteja nos elementos, ou afirmarem que ele ali esteja apenas dinamicamente ou figuradamente, ou que só a fé seja suficiente para assegurar os benefícios de sua presença. O Catecismo de Pio X estatui que a “eucaristia contém realmente o corpo, sangue, alma e divindade de nosso salvador”. Nos séculos que precederam à Reforma, a convicção do poder transformador do ato sacerdotal havia alcançado tal força, que o aludido ato foi chamado “criação de Deus”, sendo tratado o padre celebrante como “criador de Deus”. As expressões citadas incorreram em condenação da parte de Wyclif, Huss e outros. Elas continuam a ser usadas pelos teólogos romanos até hoje.

§ 5. A evolução do dogma da Transubstanciação.- Até cerca de 850, a eucaristia não constituía assunto de animada discussão teológica; entretanto, desde os tempos primitivos, uma linguagem fortemente metafórica era usada por alguns dos escritores cristãos, a respeito da virtude e eficácia dos elementos sacramentais, embora não apresentassem ainda a teoria da transubstanciação. De qualquer maneira, sua linguagem é ambígua. Inácio, escrevendo aos cristãos de Smirna, alude ao pão como “a carne de nosso Salvador, a qual sofreu por nossos pecados”. Em sua carta aos Romanos que “suspirava pelo pão de Deus, que é a carne de Cristo, e por uma gota de seu sangue, que é amor incorruptível”. Justino Mártir disse que “o alimento que é abençoado pela oração e do qual nosso sangue e carne pela transmutação se nutrem, é a carne e o sangue de Jesus, que se fez carne”. Talvez fosse intenção dos escritores realçar, pela linguagem realista, aos olhos dos não-cristãos, a posição central da propiciação no sistema cristão. Pelas suas cláusulas sobrepostas, Inácio demonstra que não concebia o pão e o vinho como se fossem o corpo real de Cristo. Outros escritores cristãos, evitando a linguagem crua, ensinaram o conceito dinâmico ou espiritual, como fez o autor do Ensino dos Doze, que fala da eucaristia como alimento e bebida espirituais e os interpreta como “vida e conhecimento dados mediante Cristo”.

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

A discussão em torno da eucaristia se abriu com o tratado escrito por Paschasius Radbertus, cerca de 850. Sem empregar a palavra transubstanciação, aquele escritor expressou a crença de que “o pão eucarístico não é outra coisa senão a carne de Cristo, que nasceu de Maria, sofreu sobre a cruz e ergueu-se do túmulo”. Paschasius teve a oposição de Ratramnus, monge de Corbay, e de outros eclesiásticos. Setecentos anos depois, o tratado de Ratramnus foi posto no Index pelo Concílio de Trento. Duzentos anos depois de Paschasius, nos meados do século XI, a controvérsia foi reaberta por Berengar de Tours, o qual, como Ratramnus o fizera antes, afirmou a teoria dinâmica ou espiritual. Berengar antecipou a maior parte dos argumentos usados em tempos posteriores contra a transubstanciação, que ele classificava como absurdo e tolice popular – *ineptio, vecordia vulgi*. O Sínodo de Ruão, que o julgou e o condenou, queimando-lhe os livros, definiu a crença corrente na época: “O corpo inteiro de nosso Senhor não só está, de maneira sensível, no sacramento, mas é verdadeiramente tocado pelas mãos do sacerdote, quebrado por ele e partido pelo fiel com os dentes”. Gregório VII protegeu a Berengar, embora lhe condenasse as opiniões. Tomaz de Aquino seguiu o conceito de Paschasius e ensinou que “não só se participa da carne de Cristo, mas de todo o corpo de Cristo, isto é, ossos, nervos e outras partes dessa espécie” – *ossa, nervi et alia hujusmodi*.

O texto do dogma lateranense, 1215, que fixou a denominação teológica – transubstanciação – diz que o corpo e o sangue de Cristo estão contidos no sacramento do altar, sob as espécies de pão e vinho, sendo o pão transubstanciado no corpo e o vinho no sangue, por divino poder – *transubstantiatis pane in corpus et vino in sanguinem potestate divina*. O Concílio declarou heréticos os que rejeitassem o dogma e lhes negou sepultura cristã. A negação da transubstanciação se tornou um dos principais motivos da queima de hereges na Inglaterra, desde Sweeting e Brewster, 1511, e João Fryth em 1533, que acusaram de evidente idolatria a adoração dos elementos, até Hooper, Ridley e outros proeminentes Reformadores, durante o reinado de Maria. Em sua última série de Artigos, como se tem dito, Henrique VIII tornou a heresia punível de morte.

O dogma lateranense foi intrepidamente combatido por Wyclif, que, como diz o cronista, “começou em 1381 a determinar as matérias acerca do sacramento do altar”. Em seu tratado sobre a eucaristia e em outros escritos, antecipou a opinião dinâmica ou protestante e todos os argumentos que se podem tirar das Escrituras e da

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

observação contra a teoria romana. Cristo – ensinou ele – está nos elementos “virtualmente e espiritualmente” como um rei está em todas as partes de seus domínios e como o raio de sol está no vidro da vidraça. Ele classificou a doutrina da transubstanciação entre as invenções e opiniões da igreja moderna – *novellæ ecclesiæ*. Que haveria de mais terrível – escreveu ele – do que poder diariamente o sacerdote, em quebrando a hóstia, quebrar o corpo do Senhor! Considerava a doutrina “sem fundamento, quer no Sagrado Escrito, quer na razão e no entendimento, mas apenas ensinada por novos hipócritas e amaldiçoados hereges, que enaltecem suas próprias fantasias e sonhos” – *de euch.* p. 78, 81.

§ 6. A idéia do Novo Testamento restaurada.- Os Reformadores protestantes restituíram aos elementos sacramentais do pão e do vinho sua natural significação e rejeitaram a teoria medieval da transmutação, considerando-a como lenda humana, destituída de evidência escriturística. Os XXXIX Artigos falam da transubstanciação como “repugnante às claras palavras da Escritura, subversiva da natureza do sacramento, tendo dado lugar a muitas superstições”. A Confissão de Westminster afirmou que o dogma não só é “repugnante às Escrituras, mas até ao senso comum e à razão”. O livro de Oração comum também se insurge contra a doutrina romana, ao dizer que “o santo sacramento deve ser recebido em lembrança da meritória cruz e paixão de Cristo e como perpétua memória de sua preciosa morte e sacrifício”. Severas palavras foram usadas pela Confissão Escocesa, 1560, em que há referência ao dogma que “o papismo tem perniciosamente ensinado e condenavelmente crido”.

Os fundamentos da crença na doutrina da transubstanciação, segundo os apresenta o Catecismo Plenário, são as palavras usadas por Cristo na instituição do sacramento e a prática constante da igreja, desde os tempos Apostólicos. O Catecismo acrescenta que a prova escriturística da real presença “é mais forte do que a que existe a favor de qualquer outra verdade cristã”. A resposta dada pelo Catecismo de Pio X à pergunta: “Por que acreditas que Jesus Cristo está verdadeiramente na eucaristia?” – é: “Creio que Jesus Cristo está verdadeiramente na eucaristia, porque ele disse que o pão consagrado e o vinho eram seu corpo e sangue e porque a igreja assim o tem ensinado; todavia, é um mistério, um grande mistério”.

As provas apresentadas pelos teólogos romanos são a interpretação literal dada à palavra *é*, usada por nosso Senhor, quando disse: “Este é o meu corpo”, e a literal

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

interpretação das palavras de Cristo referidas no Evangelho de João: “Se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos. O que come a minha carne e bebe o meu sangue, tem a vida eterna, porque minha carne é verdadeiramente comida e meu sangue verdadeiramente bebida”. Replicando, os protestantes, seguindo os Reformadores, sustentam ser anti-natural a interpretação literal da palavra *é* e que as palavras altamente realistas referidas por João, no capítulo sexto de seu Evangelho, são contrabalançadas por outras expressões do mesmo capítulo, que mostram estar Cristo falando figuradamente. O argumento tirado da palavra *é* – “Este *é* o meu corpo” – entra em conflito com a significação que o verbo assume em outros lugares, em que Cristo comparou a si mesmo com coisas materiais e com a operação destas. Os protestantes dão às palavras a significação natural: “Isto representa o meu corpo”. Quando Cristo disse: “eu *sou* a videira”, “Eu *sou* a porta”, “Eu *sou* o caminho”, não quis significar que fosse uma videira real, com ramos e raízes, ou uma porta real, com ferros e gonzos, ou uma estrada por que os homens transitassem, mas inculcou que aquelas coisas materiais eram figuras da relação espiritual que existe entre ele e seus seguidores. Era natural que Cristo seguisse o costume do Velho Testamento, o qual emprega com frequência linguagem figurada ao representar as coisas espirituais, como quando os profetas e salmistas diziam que “Deus *é* um sol”, “Deus *é* uma rocha”, “Deus *é* um escudo”, “Deus *é* uma fonte de águas”, não querendo isso dizer que Deus fosse uma esfera incandescente, ou que ele fosse duro, ou de bronze, ou torrente a correr. Cristo repreendeu a Nicodemus por haver tomado literalmente suas palavras: “É-vos necessário nascer de novo”, como se eles se referissem ao nascimento físico. Se as palavras de Cristo: “Este *é* o meu corpo”, devem ser tomadas em sentido literal, então devemos aceitar “o cálix”, que contém o vinho, em sua significação literal – e temos de bebê-lo, porque Paulo disse: “Todas as vezes que beberdes este cálix...” “quantas vezes beberdes o cálix do Senhor...” “o cálix de bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo?” – I Cor. 10:6; 11:25-27. Pela mesma regra de interpretação, os crentes cristãos, que participam da eucaristia, são *pão*, porque Paulo disse: “Nós, que somos muitos, somos um só pão, porque todos nós participamos de um só pão” – I Cor. 10:17.

A linguagem metafórica é empregada, através do Novo Testamento, para o ensino de verdades religiosas. Quando João Batista apontou a Cristo como “o cordeiro de Deus”, não quis dizer que Cristo fosse um cordeiro real. Quando Paulo escreveu que

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

“Moisés e os israelitas beberam da mesma rocha espiritual que os seguia e que a rocha era Cristo”, não quis significar fosse Cristo uma rocha real. João tratou as sete igrejas da Ásia como as sete estrelas – Apo. 1:20 – e não quis dizer outra coisa senão que as igrejas, como as estrelas, eram destinadas à projeção de luz. Ele também chamou a Cristo – o leão da tribo de Judá – Apo. 5:5, mas não quis dizer que Cristo fosse o rei dos animais. Quando Joel exortou a sua geração “a rasgar seus corações e não suas vestes” e Paulo orou, almejando que “Cristo habite em vossos corações pela fé”, não era o coração físico que eles tinham em mente. Já Agostinho observava, faz muito tempo, que “Cristo é metaforicamente muitas coisas que, estritamente falando, ele não é. Metaforicamente, cristo é ao mesmo tempo uma rocha, porta, pedra angular, pastor, leão e cordeiro. Quão numerosas são tais comparações! Mas, se desejardes a significação estrita, então ele não é nem rocha, porque não é duro e pesado; nem porta, porque nenhum marceneiro o construiu; nem pedra angular, porque nenhum construtor o empregou como tal; nem pastor, porque ele não é guardador de quadrúpedes; nem leão, porque se chega aos animais; nem cordeiro, porque não pertence ao rebanho. Todos esses títulos servem como analogias” – Sobre João, Nic. Pais, 7:262.

O segundo argumento em abono da transubstanciação, baseado no sexto capítulo de João, perde sua força, quando se verifica que a construção material que se levanta sobre as palavras de Cristo, no sentido de ser sua carne comida e seu sangue bebida, é corrigida por outras palavras pronunciadas na mesma ocasião, com o objetivo de serem paralelas às primeiras e referindo-se a atos espirituais. Cristo também disse: “O que vem a mim nunca terá fome e o que crê em mim nunca terá sede... e o que vem a mim de modo nenhum o lançarei fora” – João 6:35. Ademais, após ter falado do comer-lhe a carne e do beber-lhe o sangue, Cristo disse a seus discípulos atônitos: “O espírito é que vivifica, a carne para nada aproveita. As palavras que vos disse são espírito e vida”. As expressões “comer minha carne e beber meu sangue”, e “vir a mim”, e “crer em mim”, significam a mesma coisa, sendo as mesmas bênçãos prometidas, isto é, bênçãos espirituais. “Vir a mim” era uma expressão habitual de cristo, destinada a indicar a relação salvadora em que ele está para com os crentes. Quando ele disse: “Se alguém tem sede, venha a mim e beba”, não quis referir-se à sede física, nem à aproximação corporal.

Fora da Escritura, a doutrina da transubstanciação está exposta a objeções das maiores consequências, retiradas da observação e da lógica. Por todos os

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

testemunhos da vista e do paladar, o pão e o vinho, após a consagração, permanecem imutáveis. As dimensões, a cor, o paladar, a corruptibilidade são os mesmos, tanto antes como depois do ato sacramental. A transubstanciação exigiria a transacidentação, isto é, a mudança de substância acarretaria a mudança das qualidades. “Todos os clérigos cristãos” – disse, com justiça, Wyclif, “são incapazes de dizer a causa pela qual são deixados os acidentes sem as substâncias” – Ed. De Arnold, III:407. O pão do altar, guardado, torna-se bolorento como qualquer outro pão. O vinho permanece líquido e pode tornar-se ácido como qualquer outro vinho. O próprio Tomaz de Aquino disse que o pão consagrado, uma vez ingerido, dará sustento ao corpo; e o vinho, tomado em excesso, causará embriaguez. Mais: se se opera, de fato, a mudança, os elementos do altar naturalmente assumirão a forma corporal de Cristo, porque Cristo disse: “Este é o meu corpo” – *soma, corpus*. Ele não fala de sua carne – *sarx*. O Catecismo Tridentino falaciosamente compara a mudança feita sobre o altar à mudança da água em vinho em Caná e à mudança do alimento na substância de nosso corpo. A água em Caná perdeu sua cor e seu sabor; com o vinho sacramental não se dá isso. No caso da digestão, o alimento perde sua aparência e sua substância. O dogma da transubstanciação viola, igualmente, o princípio filosófico, segundo o qual um objeto material não pode estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Centenas e milhares de vezes no mesmo instante, o espantoso milagre da transubstanciação ocorre, segundo a teoria romana, de Melbourne a Roma. Não é para admirar que Tomaz de Aquino declarasse ser mais difícil compreender a transubstanciação do que a criação do nada. Sr. Thomas More, em sua Resposta a Frith, tem a dizer o seguinte acerca da definição de Agostinho – “que o corpo com que Cristo ressuscitou deve estar em dado lugar, continuando ele no céu, até que Cristo venha para julgar os vivos e os mortos”: Agostinho “podia ter dado a entender, por aquelas palavras, não que o corpo de Cristo não pudesse estar no mesmo tempo em dois lugares, mas que ele deve estar em um lugar, ou, por assim dizer, em algum lugar, em um ou em outro lugar, ou que ele deve ter seu lugar, especial, que é o céu” – *Obras*, p. 855 sq. James Anthony Froude declarou ser a transubstanciação a mais estranha de todas as superstições. Por outro lado, o cardeal Newman, contemporâneo de Froude, escreveu: “Não acreditei na doutrina enquanto não me fiz católico. Não tenho dificuldade em crê-lo, desde que acreditei que a igreja católica romana é o oráculo de Deus e que ela declarou ser aquela doutrina parte da revelação original” – *Breves Estudos* – II, p. 49; *Apologia*, p. 239. A concepção de Newman empresta a uma decisão eclesiástica superior valia para clara significação da linguagem, da razão e dos sentidos.

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Ainda outra objeção à doutrina da transubstanciação s encontra na conclusão monstruosa e ao mesmo tempo necessária de que Cristo, na Última Ceia, participou de sua própria carne e sangue. Os escritores católicos romanos não recuam diante da hipótese, mas asseguram que na noite que precedeu à crucificação, Cristo tomou nas mãos seu próprio corpo e seu próprio sangue e os ingeriu, e deu seu próprio corpo e seu próprio sangue aos discípulos para que comessem e bebessem. No hino que Tomaz de Aquino escreveu para a celebração da missa, o escolástico deu expressão àquela crença:

“Assenta-se o rei à mesa
Rodeado pelos Doze.
Toma nas mão a si mesmo:
Ele, que é o pão, come-se a si próprio”.
“*Se tenet in manibus, se cibatur ipse Cibus*”.

A teoria materialista da igreja romana impôs aos escolásticos a pergunta: Que é feito do corpo de Cristo e de seu sangue, quando a hóstia cai no assoalho ou uma gota do vinho cai sobre o pano do altar, ou corporal? Caindo uma gota de vinho sobre o pano do altar, adotou-se a regra de lavar-se o pano em água e ser esta bebida pelo sacerdote. Uma questão mais embaraçante se impôs: que efeito teria a hóstia, se fosse devorada por um ratinho? Daria ela os benefícios da vida eterna ao roedor? Esta pergunta foi assunto da mais aguda especulação escolástica. Sua resposta envolve toda a teoria da virtude sacramental da hóstia. Boaventura concebeu a idéia mais graciosa: em tais circunstâncias, Cristo se retira e o pão volta a ser de novo o pão natural. Tomaz de Aquino empunhou, todavia, suas armas e ensinou que o pão continuava a ser o corpo de Cristo; mas o camundongo, não tendo nascido para usar da hóstia como sacramento, come-a “de modo natural e não de maneira sacramental” – *non sacramentaliter sed per accidens* – distinção que exigiria a mente de um escolástico para a decifrar.

A resposta dos protestantes à teoria da transubstanciação é que ela se baseia na interpretação anti-natural das palavras de Cristo ao instituir o sacramento e contradiz a observação e a lógica. A teoria se torna repulsiva pela hipótese de haver Cristo comido sua própria carne e pela exigência da crença de estarem no Cenáculo dois Cristos completos – a personalidade que os discípulos viam diante de si e a personalidade que eles percebiam em suas mãos. Tomaz de Aquino foi mais longe do que a subtileza

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

escolástica ou a evasiva jamais poderiam ter conduzido alguém, quando apresentou três razões pelas quais as qualidades do pão e do vinho permanecem imutáveis e desaparecem as substâncias do pão e do vinho, às palavras do sacerdote: 1. É repugnante aos hábitos dos cristãos o comer carne crua; 2. Evitar a acusação de canibalismo por parte dos escarneedores, ao contemplarem os cristãos quando participam da eucaristia; 3. O intuito de desenvolver a fé.

À teoria da transubstanciação e do conceito materialista da eucaristia, ensinada pela igreja romana, os XXXIX Artigos opõem a clara definição protestante, segundo a qual “o corpo de Cristo é tomado e comido apenas de modo celestial e espiritual, sendo a fé o meio pelo qual ele é apropriado”. A confissão de Westminster diz: “os que participam dignamente recebem interiormente, pela fé, real e verdadeiramente e não carnal e corporalmente, de maneira espiritual, os benefícios de sua morte”. A verdade é expressa de modo singelo pela Confissão Galicana: “Todos os que trazem à sagrada mesa de Cristo uma fé pura, recebem verdadeiramente aquilo de que a Ceia do Senhor é símbolo. Cristo os alimenta e fortalece com a substância de seu corpo e de seu sangue, e isto se faz espiritualmente”.

§ 7. A adoração da hóstia.- O culto da hóstia naturalmente decorre do milagre da transubstanciação. Se o pão consagrado sobre o altar é o corpo real de Cristo, então legitimamente é objeto de culto. Nas igrejas romanas, quando o sacerdote eleva a hóstia, toca-se a campainha e o celebrante e a assistência dobram os joelhos e prestam adoração. Esta adoração, chamada *latria*, é o culto devido ao próprio Deus. Todos os que negam que a hóstia deva ser adorada, incorrem em anátema pronunciado pelo Concílio de Trento. Outras práticas naturalmente decorrem, como a bênção com o sacramento, ocasião em que se usa incenso e a hóstia é solenemente posta na custódia, e a reserva do sacramento para o culto.³

A adoração da hóstia foi abolida pelos Reformadores protestantes, prática por eles considerada invenção humana. Os XXXIX Artigos taxativamente proíbem que os elementos sejam “reservados, trasladados, erguidos ou adorados”. A chamada rubrica negra do Livro Anglicano de Oração declara que “não deve ser prestada adoração ao pão sacramental, nem ao vinho, materialmente recebido, nem a qualquer presença corpórea da carne natural e do sangue de Cristo, porque o pão e o vinho sacramentais continuam em seu mesmo estado natural e, assim, não podem ser adorados. O corpo

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

natural e o sangue de nosso Salvador estão no céu e não aqui, sendo contrário à verdade o estar o corpo natural de Cristo em mais de um lugar ao mesmo tempo”.

A adoração da hóstia determinou a criação de uma solenidade anual, conhecida como Corpus Christi, feita por Urbano IV em 1264, tornando-se costume conduzir-se a hóstia, colocada na custódia, através das ruas, ajoelhando-se o povo em atitude de adoração.⁴ Em 1881, os Congressos Eucarísticos começaram a promover o culto da hóstia, reuniões que têm sido consideradas como “festas do corpo glorificado de Cristo”. O primeiro congresso se celebrou em Lille, França; e outros se seguiram em Avinhão, 1882; Liège, 1883; Londres, 1908, assistido por dez cardeais; Montreal, 1910; Lourdes, 1914; Amsterdão, 1924; e em outros lugares. EM 1926 o congresso se realizou em Chicago, sob a presidência do cardeal Mundelein; foi, talvez, o evento mais espetacular que já se produziu no continente, tendo atraído a presença de treze cardeais, inclusive o representante do papa, cardeal Bonzano, com duzentos bispos e arcebispos do exterior. A 21 de junho, quinhentas mil pessoas, segundo o cálculo feito, se reuniram no Campo dos Soldados e assistiram à missa celebrada pelo representante papal, num altar construído a trinta e cinco metros acima do solo. Calcula-se ter um milhão de pessoas comungado em Chicago no dia anterior. O outro congresso foi convocado para Sidney, em 1928.

§ 8. A recusa do cálix aos leigos.- Palpável desvio do preceito expresso da Escritura temo-lo no costume romano de subtrair o vinho aos leigos. Somente o sacerdote bebe o vinho, esgotando o cálix. A prática de se subtrair o cálix aos leigos foi matéria de gradual evolução, tendo sido levada a efeito, em parte, por considerações de prudência, para prevenir sacrilégios que praticariam os que cuspissem o vinho; e, em parte, com o propósito de realçar a importância do sacerdócio, distinguindo-o dos leigos. Tomaz de Aquino, que usou de todos os argumentos imagináveis para justificar a prática, a ela se refere como tendo sido introduzida apenas em poucas igrejas, em seu tempo. Entre os argumentos manejados por Tomaz, figura o milagre da alimentação de cinco mil pessoas, quando nenhum vinho foi distribuído. Se a ilustração é legítima, então o peixe usado no milagre poderia substituir o vinho da eucaristia. Cento e cinquenta anos depois da morte de Tomaz, o Concílio de Constança ameaçou de excomunhão a qualquer sacerdote que se aventurasse a dar o cálix aos leigos, sob o pretexto de se evitarem sacrilégios, pelo fato de se deixar cair o sangue de Cristo no assoalho, ou nas barbas dos comungantes, ou de ele se azedar, ou congelar-se, quando

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

guardado para os enfermos. O Concílio também alegou a especiosa doutrina da concomitância, ensinada por Alexandre de Hales, falecido em 1245, e pelos escolásticos que o seguiram. Segundo aquela ficção, todo o corpo de Cristo - divino e humano – corpo e sangue, nervos e ossos, está no pão e do mesmo modo está Cristo completo no vinho. Alexandre avançou tanto, que pediu que o cálix fosse negado aos leigos, com o declarado propósito de lhes ensinar a nova doutrina. O concílio de Trento adotou a doutrina da concomitância, na afirmação de que “Cristo, todo e completo, está debaixo das espécies do pão e todo o Cristo está debaixo das espécies do vinho”. O Concílio acrescentou ainda que “os que recebem um ou outro, não ficam privados de nenhuma graça necessária à salvação” – e anatematizou aos que negassem tal doutrina. O Catecismo Tridentino acrescentou às razões anteriormente acrescentadas em abono da recusa do cálix, a circunstância de que “algumas pessoas têm aversão ao vinho, que não podem suportar-lhe sequer o cheiro, e há lugares em que ele é extremamente escasso e de difícil obtenção”. O catecismo declara, entretanto, que “a razão principal é mostrar ao povo que o corpo integral de Cristo está em cada um dos elementos”. Um argumento desesperado, para que o cálix seja recusado aos leigos, o dr. João Milner o encontrou na prática da Ceia do Senhor após a ressurreição, em que se menciona apenas “o partir do pão”. Suponhamos, em resposta, que uma pessoa hoje convidasse a outra a “partir o pão em sua companhia”: queria isto dizer que pão e não água devesse ser servido?

O reservar-se o cálix ao sacerdote é nítida violação do mandamento de Cristo, porque ele ordenou que todos bebessem do cálix. Depois de tomar o cálix, disse Cristo: “bebei dele *todos*, porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálix, anunciareis a morte do Senhor até que ele venha”. Se alguém quiser arquitetar um argumento, haverá maior razão para que o vinho seja distribuído a todos do que o seja o pão. O cardeal Gibbons contorna o claro mandamento de Cristo, afirmando que naquele ponto Cristo teve em vista apenas os Apóstolos. Se tal foi a intenção de Cristo, porque não entendeu também que só os apóstolos deviam comer o pão e que a Última Ceia não devia ser repetida, ou, se devia, o fosse sem pão e sem vinho?

As palavras de Paulo – I Cor. 11:27 – têm sido algumas vezes invocadas em defesa da subtração do cálix aos leigos: “O que come este pão, *ou* bebe este cálix indignamente, é réu do corpo e do sangue do Senhor”. A interpretação se faz à revelia do versículo que imediatamente se segue, sendo que inteiramente deturpa o pensamento do Apóstolo. No versículo precedente declara ele que Cristo ordenou aos discípulos:

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

“Comei o pão e bebei o cálix”; e a mesma coisa se diz no versículo que se segue ao referido acima: “Coma o homem do pão e beba do cálix”. O pensamento de Paulo no versículo intermediário é que o pão e o vinho devem ser usados; mas, se o pão ou o vinho se usar indignamente, incorrer-se-á em culpa. Tinha o Apóstolo em mente o excessivo beber praticado pela igreja de Corinto em suas festas de amor. Aos hussitas fora dado o privilégio de distribuir vinho aos leigos, privilégio cassado por Pio II. A príncipes em visita a Roma, algumas vezes se dá o cálix.⁵

§ 9. Práticas rituais.- Entre as práticas prescritas para a missa, que, não sendo essenciais a ela, são, todavia, matéria preceituada pela igreja romana – *non necessitate sed precepta ecclesiae* – figuram as seguintes: 1. Mistura-se água ao vinho, antigo costume mencionado por Justino Mártir. 2. Os pecados devem ser confessados ao sacerdote, antes da participação do sacramento. 3. Comunhão frequente, sendo que até a comunhão diária é encarecida. 4. Celebração de missa nupcial antes do casamento. 5. O comungante é obrigado a jejuar desde a meia-noite, em preparação para o sacramento, que não pode ser celebrado mais cedo do que uma hora antes do amanhecer ou mais tarde do que uma hora depois da meia-noite. 6. Para evitar suspeita de heresia, o católico romano deve tomar a comunhão pelo menos uma vez por ano preferivelmente pela Páscoa, e deve toma-la também quando a morte se aproxima, porque “o viático sustenta a alma na viagem para a eternidade” – *nel viaggio all’ eternità* – como se expressa o catecismo de Pio X. 7. A não ser mediante licença especial, o sacerdote só pode celebrar uma só missa por dia, exceto pelo Natal e no Dia de Finados. 8. A hóstia deve ser guardada num cibório ou sacrário, acima do altar, com uma lâmpada ardendo diante dela – Cânon 1271.

Sustentam os protestantes que todas essas práticas rituais são matéria de conveniência e escolha. Em relação a seus próprios costumes, os protestantes respeitam as diferenças e concedem liberdade, quer se deva comparecer à mesa do Senhor todos os domingos, como Lutero propôs, ou a intervalos durante o ano, ou em quatro épocas anuais, como foi proposto pela Igreja Reformada de Genebra, com sermão ou sem sermão, com ou sem cântico de hinos, conforme preferiram as congregações. As preferências de Calvino eram pela celebração mensal. Em referência aos costumes eclesiásticos, como os Reformadores os encaravam, disse Calvino – *de ref.* p. 73: “Se nos velhos tempos os fiéis chegavam uma vez por ano á mesa do Senhor, eles o julgavam suficiente, sendo durante o resto do ano expectadores do que era feito pelo

sacerdote”. Como preparação à comunhão, os protestantes dão realce às recomendações de Paulo, no sentido de que os homens se examinem a si mesmos, antes de se aproximarem da mesa do Senhor, se pretendem participar dignamente. Muito, como já ficou dito, concordariam provavelmente em que nenhuma razão suficiente pode ser tirada da Escritura para que se negue a um grupo de leigos o direito de celebrar a comunhão entre eles. O sacramento, como disse Lutero, não pertence só ao sacerdote. Pertence a todos os cristãos. O caráter privado da ordenança não torna essencial a presença de um ministro. A comemoração dos sofrimentos e da morte de Cristo na cruz, através da solenidade da Ceia do Senhor, pertence a todos que olham para Cristo como seu Salvador e dele dependem para a graça da vida espiritual.

Bibliografia e Notas

1. O original da Conf. de Augsb., 1530, diz que “o corpo e o sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes e são distribuídos àqueles que comem”. Melancthon adotou, na revisão, 1540, o conceito de Calvino: “com o pão e o vinho, o corpo e sangue de Cristo são verdadeiramente exibidos àqueles que participam da Ceia do Senhor”.

2. Sir Thomas More, em sua *Response* acerca dos sacramentos, acusou a Lutero de “absurdos, sandices, blasfêmia, indecência, ignorância estúpida, sofisma, ignorância malvada, mentira impudente e abuso da Escritura”, e disse que em todos os quatro Evangelhos o sacramento não é chamado pão e vinho, mas o corpo e sangue de Cristo – *non vocetur panis et vinum sed corpus et sanguis*.

3. A Revisão do Livro de Oração Comum admitiu que a reserva do sacramento tinha sido votada ao contrário pela Casa dos Comuns, desde 1927. O bispo Exeter, numa pastoral de saudação, 1921, disse que “o costume de reservar os elementos logicamente permite todo o culto do bendito sacramento, como vemos na moderna igreja romana. A doutrina é tão perigosa como revoltante. Se meu salvador está numa píxide, posso pensar que ele também esteja no corpo de um homem que acabou de tomar a comunhão? Se a doutrina da reserva for verdadeira, por que, então, a Presença se limita à igreja e por que, se eu perfurar a parede, ficando a píxide à mostra, a Presença não se comunica a mim? Os raios X passam através da substância sólida; porque não o fará a Presença material?”

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

4. Tal procissão é descrita por Robertson, *Papal Conquest in Italy*, p. 261, que viu em Gênova, em 1882, quando ela saía da Catedral, os prelados e sacerdotes pomposamente vestidos e os jesuítas de preto. Logo que a procissão alcançou o nível da praça, o povo se atirou com um grito selvagem sobre os eclesiásticos, que foram deixados a rolar no pó.

5. More em sua *Resp. to Luther*, p.88, fala da “velha úlcera da Boêmia”. Rokyžana, no Concílio de Basiléia, citou a obra d Alberto Magno sobre a eucaristia, a qual não fizera referência à ocultação do cálix. Perrone VII:262 asseverou que “a igreja, que é nossa mãe, por determinação de Deus, pode, com boas razões, dar o cálix a seus filhos ou negar-lho.” O concílio de Trento deixou a questão de abrir exceções à regra de negar o cálix “a nosso beatíssimo Senhor, o papa, que, em virtude de sua singular sabedoria, fará o que for mais proveitoso à comunidade cristã”.